

ETNODESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CRIANDO CONEXÕES ENTRE A UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL

SUSTAINABLE ETHNODEVELOPMENT: CREATING CONNECTIONS BETWEEN THE UNIVERSITY AND THE INDIGENOUS COMMUNITY IN MATO GROSSO DO SUL

Submissão:
18/06/2024
Aceite:
06/12/2024

Alexandro da Silva Souza ¹  <https://orcid.org/0000-0002-7672-748X>
Alencar Garcia Bacarji ²  <https://orcid.org/0000-0001-5618-6674>
Eliane Guaraldo ³  <https://orcid.org/0000-0001-5618-6674>

Resumo

A busca pelo etnodesenvolvimento realizado pelos povos indígenas traz à tona a necessidade de um novo olhar para o desenvolvimento, sendo este baseado no cuidado com as comunidades tradicionais e no respeito ao bem viver em seus territórios. O objetivo deste trabalho foi abordar o etnodesenvolvimento sustentável na Associação Indígena Hanaiti Yomomo (AHY), Aldeia Brejão, terra indígena de Nioaque, MS, através do projeto de extensão proposto pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais/UFMS e desenvolvido pela comunidade acadêmica e parceiros. Visando atender aos objetivos do projeto extensionista, foi realizado, em um primeiro momento, um estudo exploratório, por meio de uma breve revisão de literatura. Em seguida, foram identificadas as áreas prioritárias para o oferecimento de minicursos e capacitações junto à comunidade. Com a realização do projeto, foi possível observar a materialização das atividades da associação por meio do etnodesenvolvimento, trazendo um olhar construtivo e autossustentável para a comunidade.

Palavras-chave: etnodesenvolvimento sustentável; extensão universitária; bioeconomia; preservação ambiental; bioma Cerrado.

¹ Aluno de Doutorado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS alexandro.s.souza@ufms.br

² Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT alencar.bacarji@ifmt.edu.br

³ Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS eliane.guaraldo@ufms.br

Abstract

The search for ethnodevelopment carried out by indigenous peoples brings to light the need for a new approach to the development, taking into account the traditional communities and the respect for the well-being in their territories. The objective of this study was to address sustainable ethnodevelopment in the Hanaiti Yomomo Indigenous Association (AHY, Brazilian acronym), Aldeia Brejão, indigenous land of Nioaque, MS, through an outreach project proposed by the Postgraduate Program in Natural Resources/UFMS and developed by the academic community and their partners. Aiming to meet the objectives of the outreach project, initially, an exploratory study was carried out through a brief literature review. Next, it was identified the priority areas for offering short courses and training in the community. After the completion of the project, it was possible to observe the materialization of the association's activities through ethnodevelopment, providing a constructive and self-sustainable perspective to the community.

Keywords: sustainable ethnodevelopment; outreach; bioeconomics; environmental preservation; Cerrado biome.

Introdução

No Brasil, o termo etnodesenvolvimento teve um lugar de destaque nos estudos etnográficos nos últimos anos. No período pós II Guerra Mundial, o processo de modernização tecnológica que fortaleceu o sistema baseado na tríade capital-indústria-urbano difundiu a hipótese de que a transição das chamadas “sociedades tradicionais” para uma “sociedade moderna” seria considerada desejável e até mesmo inevitável, propagando-se a noção de um suposto fim dos povos indígenas, através de uma rápida assimilação aos estados nacionais novos e modernos. Entretanto, a continuidade e atualidade dos povos indígenas vêm contrapondo esse pressuposto, bem como vem demonstrando que as populações chamadas “tradicionais” são capazes de utilizar as ferramentas criadas pela tecnologia moderna de maneira própria (Arruda, 2001).

Segundo Ferreira e Raposo (2017), a sustentabilidade ambiental acabou por ser igualmente incorporada nos modelos neoclássicos do crescimento econômico, a par do capital físico, do capital humano e, posteriormente, do capital social, e ainda mais tarde do capital natural. O uso, mais ou menos intensivo, do capital natural passou a ser equacionado juntamente com as restantes variáveis, por forma a gerar o output econômico mais eficiente (Ferreira; Raposo, 2017).

Em Amado (2019), encontra-se amplo debate sobre desenvolvimento local. O autor considera que cada comunidade busca se desenvolver segundo suas aceções e necessidades. Para ele, se, por um lado, o desenvolvimento é visto como sinônimo de “progresso”, de “industrialização”, e oposto à “pobreza”, o etnodesenvolvimento emerge como contraponto ao desenvolvimento visto pelo viés econômico. O “etno” no “desenvolvimento” atribui um adjetivo ao processo no que respeita às experiências históricas e potenciais tradicionais e ambientais de cada povo e comunidade indígena. As estratégias de desenvolvimento local, quando implantadas de cima para baixo em comunidades

tradicionais, como as indígenas, em grande parte não têm elevado os padrões de vida entre as pessoas mais pobres e o seu meio vivencial, conforme afirmam Silva e Filgueira (2020). Questionamentos radicais sobre as ideias vinculadas à noção de desenvolvimento, tais como, crescimento, progresso, reforma de mercado, extrativismo, aumento desmedido de consumo material individual etc., confluem para desenvolvimentos alternativos ou alternativas à própria ideia de desenvolvimento (Souza et al., 2021).

Por outro lado, os povos originários buscam resistir e preservar práticas utilizadas em suas comunidades, contribuindo para o fortalecimento de práticas que buscam diversificar as tradicionais práticas no meio rural, caracterizada pelo uso intensivo do solo e demais recursos naturais.

Este trabalho é resultante da prática de extensão universitária intitulada “Formação em atividades de suporte ao agroextrativismo sustentável - Associação Hanaiti Yomomo (AHY), Aldeia Brejão, terra indígena de Nioaque, MS”, desenvolvido pela linha de pesquisa em bioeconomia do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Campo Grande.

O objetivo deste trabalho de pesquisa foi abordar o etnodesenvolvimento sustentável na Associação Indígena Hanaiti Yomomo (AHY). Especificamente, pretendeu-se caracterizar a etnia Terena e as práticas agroextrativistas desenvolvidas na associação e, em seguida, avaliar os resultados da interlocução promovida entre a Universidade e a associação objeto de estudo.

Esta pesquisa se justifica por buscar evidenciar o uso sustentável dos recursos naturais em territórios indígenas. Ademais, torna-se necessário apontar quais são os mecanismos utilizados para que a organização em estudo possa olhar para o agroextrativismo como sistema de produção com vistas a promover a geração de renda e segurança alimentar junto a terra indígena.

Materiais e Métodos

Segundo Lakatos e Marconi (2012), utiliza-se neste estudo o método indutivo, o qual infere-se a uma verdade geral ou universal não contida nas partes examinadas, partindo de dados particulares suficientemente constatados. Em relação aos seus objetivos, faz-se necessário, segundo Gil (2009), uma abordagem descritiva exploratória, uma vez que o projeto visa descrever as características de determinada situação, aqui representada pela comunidade em estudo.

A pesquisa teve início com a submissão na Plataforma Brasil, sendo analisada previamente pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), CAAE nº 58754122.2.0000.0021. Em seguida, foi encaminhada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – Conep, a qual possui autonomia para a análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade e de áreas temáticas especiais, dentre elas as populações indígenas.

Visando atender a esse propósito, foi realizado, num primeiro momento, um desk research em livros, artigos científicos e demais publicações acerca do objeto de estudo. Os artigos científicos foram pesquisados prioritariamente em plataformas acadêmicas - Web of Science, Scopus, Google Acadêmico. Quanto aos termos de busca utilizados na pesquisa, destacam-se: etnia, étnica, indígena, Terena, preservação socioambiental, bioma Cerrado, associação indígena, desenvolvimento, etnodesenvolvimento, sustentabilidade, etnodesenvolvimento sustentável, economia indígena. A partir da leitura investigativa, foi possível examinar a afinidade do trabalho pesquisado com o tema da pesqui-

sa, observando-se uma baixa adesão das publicações com o objeto do presente estudo. O período de pesquisa compreendeu os meses de maio a novembro de 2022.

Em seguida, foram identificadas as áreas prioritárias para o oferecimento das capacitações junto à comunidade indígena. Sequencialmente, foram iniciadas as ações extensionistas, por meio de palestras, oficinas e minicursos.

Por fim, utilizou-se o instrumento de coleta de dados, questionários aplicados ao grupo de associados, oriundos da população da pesquisa, para identificar o perfil dos associados e a forma de colaboração junto à associação AHY. Foram aplicados 23 questionários, distribuídos uniformemente em uma reunião na associação AHY. O procedimento demandou cerca de 50 minutos. Do total de questionários aplicados, foram obtidos 20 respondentes.

O tratamento dos dados foi realizado por meio do software Microsoft Office Excel. A execução das ações extensionistas ocorreu no período entre fevereiro de 2022 e fevereiro de 2023, na Aldeia Brejão, terra indígena de Nioaque, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Fundamentação teórica

Esta seção apresenta as contribuições teóricas a partir da revisão na literatura sobre a temática em estudo.

Povos indígenas e conservação da natureza

O ambiente em que habitam os povos indígenas no Brasil é altamente diferenciado, caracterizado por uma grande variedade e dispersão de espécies, de recursos genéticos e de micro-organismos. Tal diversidade oferece, ao mesmo tempo, oportunidades e limitações para as populações indígenas, obrigando-as a recorrer a estratégias variadas para obter os recursos alimentícios, tecnológicos, medicinais, imprescindíveis à sua reprodução biológica e cultural (Buchillet, 2007).

A elaboração da Agenda 2030 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 2015, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Dos 17 ODS, 5 apresentam-se correlacionados à temática desta pesquisa: ODS 02 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; ODS 08: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; ODS 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade e ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (Diniz, 2015).

Neste contexto, destaca-se o papel do etnodesenvolvimento sustentável como um importante instrumento para o alcance dos ODS, em especial para a proteção e uso sustentável dos ecossistemas e a preservação da biodiversidade nos territórios.

Além disso, quando se trata de etnodesenvolvimento praticado pelos povos indígenas, fica evidente o cuidado em alcançar melhorias para as suas comunidades, respeitando o bem viver nos seus territórios, o cuidado com a terra, animais, plantas e a sociedade que a ela pertence.

Os povos indígenas e o bioma Cerrado

A população indígena de Mato Grosso do Sul é a segunda maior do país, ficando atrás apenas do Amazonas, com 183.514 indivíduos. Segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul, em 2019, o Estado apresentava 77.025 indivíduos, dos quais 61.158 moravam em terras indígenas e 15.867 fora delas, sendo 38.971 homens (50,6%) e 38.054 mulheres (49,4%). As principais etnias presentes no território são: Guarani Kaiowá e Guarani Nhandeva (família linguística Tupi Guarani, Tronco Tupi); Terena e Kinikinau (da família linguística Aruak); Ofaié e Guató (do Tronco linguístico MacroJê) e Kadiwéu (família Guaicurú) (Mato Grosso do Sul/SES, 2020).

Segundo Urquiza et al. (2010), Mato Grosso do Sul é um estado brasileiro com grande diversidade demográfica, de múltiplos *ethos* culturais. No contexto desta singularidade cultural, apresenta-se uma significativa população indígena. Ainda segundo o autor, os Kaiowá, os Guarani e os Terena apresentam-se como o maior contingente populacional e constituem, em termos quantitativos, duas das mais importantes populações do país.

Um dos fatores relevantes para os povos indígenas é o bioma predominante em seu território. O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta 3 dos 6 biomas existentes no país. O bioma Cerrado, predominante em extensão territorial no Estado de Mato Grosso do Sul, ocorre principalmente no planalto central brasileiro. Além de Mato Grosso do Sul, o Cerrado está presente nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Piauí, Rondônia, São Paulo e Paraná. Abrange, aproximadamente, 24% do território brasileiro (IBGE, 2004). Além da predominância do Cerrado, Mato Grosso do Sul tem relações fitogeográficas com o Chaco, Amazônia, Mata Atlântica, que caracteriza uma diversificação na riqueza de espécies (Rizzini, 1979).

Neste sentido, de acordo com Dayrell (2012), o conhecimento dos indígenas sobre os diversos ecossistemas do Cerrado foi fundamental para a ocupação colonial e, principalmente, para os camponeses e comunidades quilombolas, uma vez que não foram objeto de desejo pelos donatários, sesmeiros e latifundiários, dadas as suas condições pouco férteis e ácidas, o que é impróprio para a maioria dos cultivos do período colonial (Dayrell, 2012).

Os Terena e a Aldeia Brejão

A primeira grande referência que se tem dos Terena antecede o século XX e demonstra a sofisticação agrícola e disposição à convivialidade e ao associativismo com os povos que lhes são estrangeiros, atributos coextensivos à estrutura social indígena (Pereira, 2009).

Os Terena, em especial atenção nesta pesquisa, são descendentes dos antigos Guaná-Txané (termo tupi-guarani), que falam um dialeto da família linguística Aruak (Resende; Tomioka; Azanha, 1999). De acordo com Azanha (2005), para ser reconhecido como Terena, é preciso que os pais também sejam Terena. Além disso, é necessário atender a outros critérios para marcar o reconhecimento da identidade Terena: compartilhar a solidariedade étnica - isto é, mesmo que uma pessoa filha de Terena resida há anos em um ambiente fora da aldeia, como, por exemplo, em centros urbanos e fazendas da região, o indivíduo deve ser solidário com o seu povo para ser reconhecido como Terena. Ou seja, ter nascido em uma aldeia Terena não é condição necessária para o reconhecimento da identidade étnica Terena.

Até o final do século XIX, estavam separados e se distinguiam entre si, em vários povos: Terena

(ou Etelenoé), Echoaladi, Quiniquinau (Equiniquinau) e Laiana. Os índios mais velhos reconhecem, ainda hoje, os termos Etelenoé, Laiana e Quiniquinau, e distinguem, quando inquiridos, os descendentes de “Liana” ou “Quiniquinau”. No entanto, para o público externo, todos se reconhecem, atualmente, como “Terena”.

São diversas as características socioculturais dos Terena que os englobam na tradição cultural Aruak. A principal característica reside no papel relevante desempenhado pela agricultura em sua economia. Antigamente, a agricultura dos Txané era admirada por sua sofisticação, com a utilização, até mesmo, de uma espécie de arado (warere-apêti). Outras características são as terminologias de parentesco, a estrutura social fortemente patrilinear (Azanha, 2005).

As atividades agrícolas sempre foram importantes para os Terena, conforme destacam Meira e Nunes (2020), o que justifica a mobilidade espacial e geográfica em busca de suprimentos para alimentação e de novas terras para o cultivo (Baltazar, 2010; Meira; Nunes, 2020).

Em Mato Grosso do Sul, os índios Terena vivem basicamente nos municípios de Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Miranda e Nioaque, onde se encontram as suas terras. Além de várias cidades do Estado, também se encontram em outros, como São Paulo, Mato Grosso, entre outros no Brasil (Vargas, 2011).

Segundo Oliveira (1976), a terra indígena onde está localizada a Aldeia Brejão formou-se em função da evasão de mil indígenas Terena de suas áreas originárias para o alto da Serra de Maracaju, devido à pressão que eles estariam enfrentando por parte dos fazendeiros. Estes, por todos os modos, queriam tomar conta das terras dos Terena após a Guerra do Paraguai.

A terra indígena de Nioaque, inicialmente, foi formada por dois pequenos núcleos: a Aldeia Brejão fundada em 1.904 pela família do “Capitão Vitorino” e a Aldeia Água Branca, sendo posteriormente dividida em três, em função de três aspectos apontados pelo autor: dominação do território por grupos familiares agnáticos, busca de poder e facilidade de organizar/administrar a aldeia (Miranda, 2007). Está localizada a 14 km da cidade de Nioaque, MS, tendo ao norte o rio Urumbeva, e a leste a Serra de Maracaju, habitada pelo povo da etnia Terena e Atikum, com uma área de 3.029 hectares. Atualmente, encontra-se dividida em quatro comunidades: Aldeia Brejão, Taboquinha, Água Branca, Cabeceira, com uma população total de, aproximadamente, 2 mil pessoas. Sua principal fonte de renda são as fazendas que se localizam próximo à reserva, além de aposentadoria e no funcionalismo público.

As comunidades têm como ponto forte a agricultura e a pecuária, mas não deixa de lado o conhecimento sobre plantas medicinais, madeiras, caças, pesca e frutos nativos. A Aldeia Brejão possui 481 pessoas (DSEI-MS, 2020) e cerca de 126 famílias, tornando-se a maior reserva das quatro comunidades da terra indígena de Nioaque. Por se dedicar um longo tempo à lavoura e ter suas áreas de plantio há muito tempo trabalhada sem abrir novas áreas de roça de toco, contém a maior reserva de plantas nativas do Cerrado, sendo ameaçada somente na seca, quando acontecem as queimadas ou derrubadas para a criação de grandes animais, ou assoreamento do rio e nascentes para plantio de lavouras.

A prática da agricultura sempre foi um ponto forte na Aldeia Brejão, tradição do povo Terena, que ao longo do tempo foi sendo deixado de lado, pois foi se perdendo a credibilidade no sistema de produção tradicional. Os Terena são ricos em conhecimento e são produtivos em suas parcelas de terras, onde são cultivadas culturas como arroz, feijão, milho, mandioca, banana, entre outras, fartos pomares no quintal de casa, onde se tem um calendário de frutas o ano todo, além de contar com es-

pécies nativas vegetais típicos do Cerrado utilizadas para o extrativismo sustentável.

A Associação Hanaiti Yomomo - AHY foi instituída como entidade jurídica em agosto de 2010, visando promover ações de agroextrativismo sustentável na Aldeia Brejão, terra indígena do município de Nioaque, Mato Grosso do Sul. De acordo com os atos normativos de instituição da associação - Ata de fundação e o Estatuto Social, a organização é constituída como uma associação civil sem fins lucrativos, com o objetivo de inclusão das mulheres indígenas no processo de desenvolvimento da comunidade. Visa garantir alternativas sustentáveis para segurança alimentar da comunidade, por meio do uso sustentável do solo e de espécies vegetais nativas do Cerrado, além de trabalhar com agregação de valor aos seus produtos, promover geração de renda com a comercialização de seus produtos alimentícios agroecológicos, do extrativismo e o artesanato (CEPF Cerrado; IIEB, 2018).

As atividades realizadas foram fundamentais para contrapor o sistema de produção estabelecido ao longo dos anos na aldeia. O uso intenso de queimadas e gradagem do solo acarretaram a compactação e a degradação do solo, levando os produtores à dependência de pacotes tecnológicos produtivistas oriundos da Revolução Verde, baseado no uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos.

Dentre suas finalidades, a associação busca realizar o manejo adequado e cuidar da preservação de suas áreas tanto de cultivo quanto de reservas, com cultivo de hortaliças, frutíferas e espécies nativas do Cerrado. Atualmente, possui um viveiro florestal com foco na produção de mudas de hortaliças, frutíferas e espécies nativas; conta, ainda, com uma unidade multiuso para beneficiamento de produtos oriundos do agroextrativismo local; trabalha a educação financeira dos indígenas, promovendo a socialização de saberes e, ao longo dos anos, vem capacitando seu povo para lutar pela geração de emprego e renda (CEPF Cerrado; IIEB, 2018).

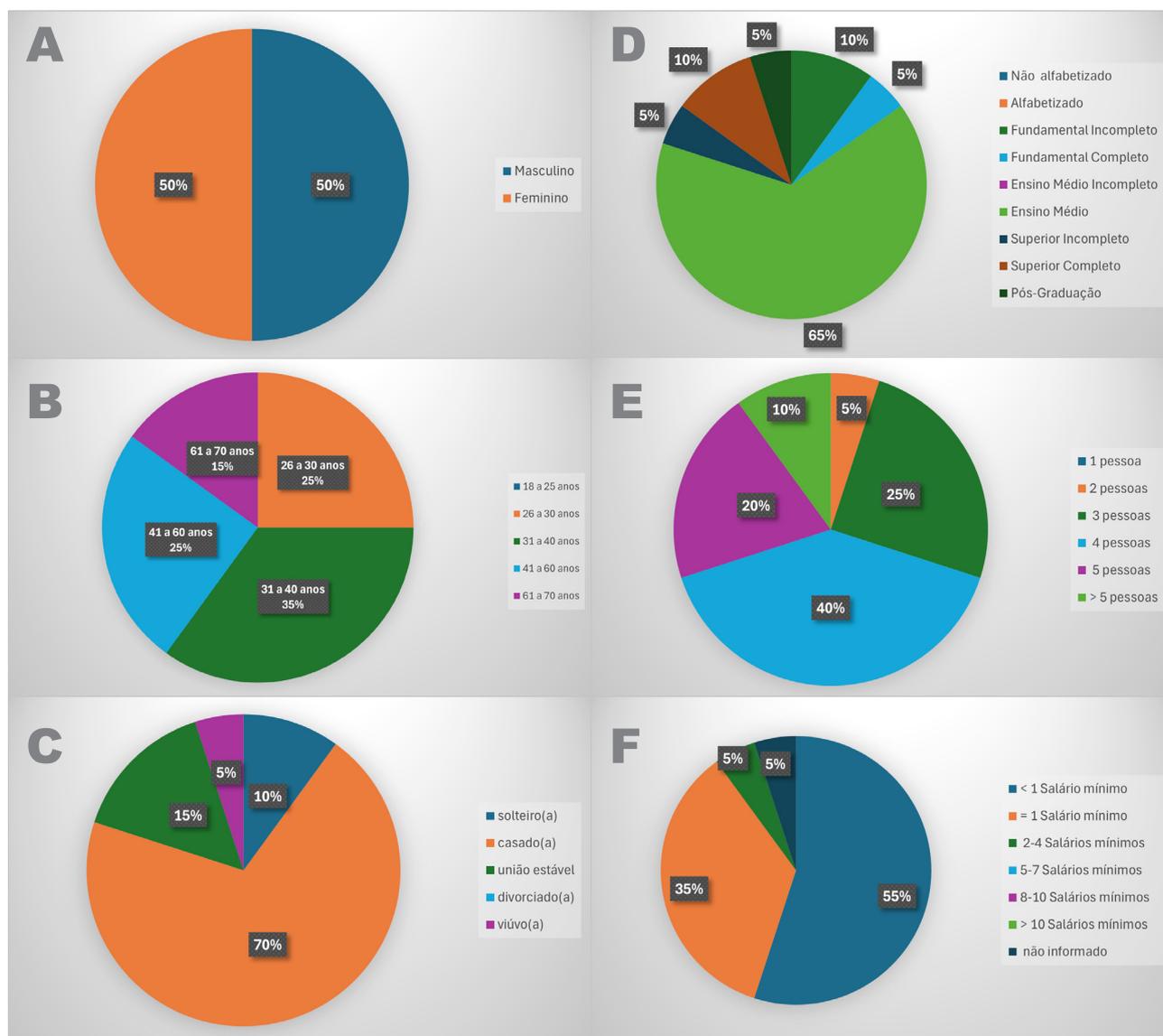
Em 2020, a aldeia possuía 481 pessoas (DSEI-MS, 2020), cerca de 126 famílias e a maior reserva de plantas nativas do Cerrado. É importante destacar que a associação foi criada com a finalidade de traçar estratégias para realizar propostas de projetos em parceria com entidades que contribuam para o desenvolvimento da aldeia e a terra indígena em que está inserida, justificando a organização e execução do projeto.

Resultados e Discussão

A execução das práticas extensionistas buscou conectar o conhecimento disponível no meio acadêmico com as práticas produtivas na aldeia, visando dar apoio aos produtores indígenas em suas atividades. Dentre as ações realizadas no projeto, destacam-se ações de agroecologia, promoção a segurança alimentar, uso de plantas medicinais no bioma Cerrado, ações de suporte à agregação de valor e geração de renda à comunidade.

O instrumento de coleta aplicado ao grupo de indígenas obteve um total de 20 respondentes. Visando identificar o perfil dos respondentes, foram observadas variáveis descritivas, como: faixa etária, estado civil, escolaridade e renda familiar. Quanto aos critérios de escolha dos respondentes, sobressaiu o histórico de ações com a organização, ou seja, a maioria dos respondentes ajudou a formar a entidade em prol dos interesses do agroextrativismo no território indígena. A Figura 1 apresenta os resultados quanto ao perfil dos associados.

Figura 1: Síntese do perfil dos associados - (A) Gênero, (B) Faixa Etária¹, (C) Estado Civil², (D) Grau de escolaridade³, (E) Pessoas residentes no mesmo domicílio⁴, (F) Renda Familiar⁵



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Com o intuito de observar a interação dos associados com as atividades da associação, a segunda parte do questionário dedicou-se a investigar as ações de produção e colaboração dos associados na AHY, como: tipos e formas de produção, participação em cursos de qualificação e capacitação oferecidos pela associação, laços relacionais (confiança nos laços), avaliação da AHY por parte dos entrevistados, dentre outras. A Figura 2 apresenta os resultados da pesquisa.

¹ Valores não atribuídos a opção: 18 – 25 anos (0%)

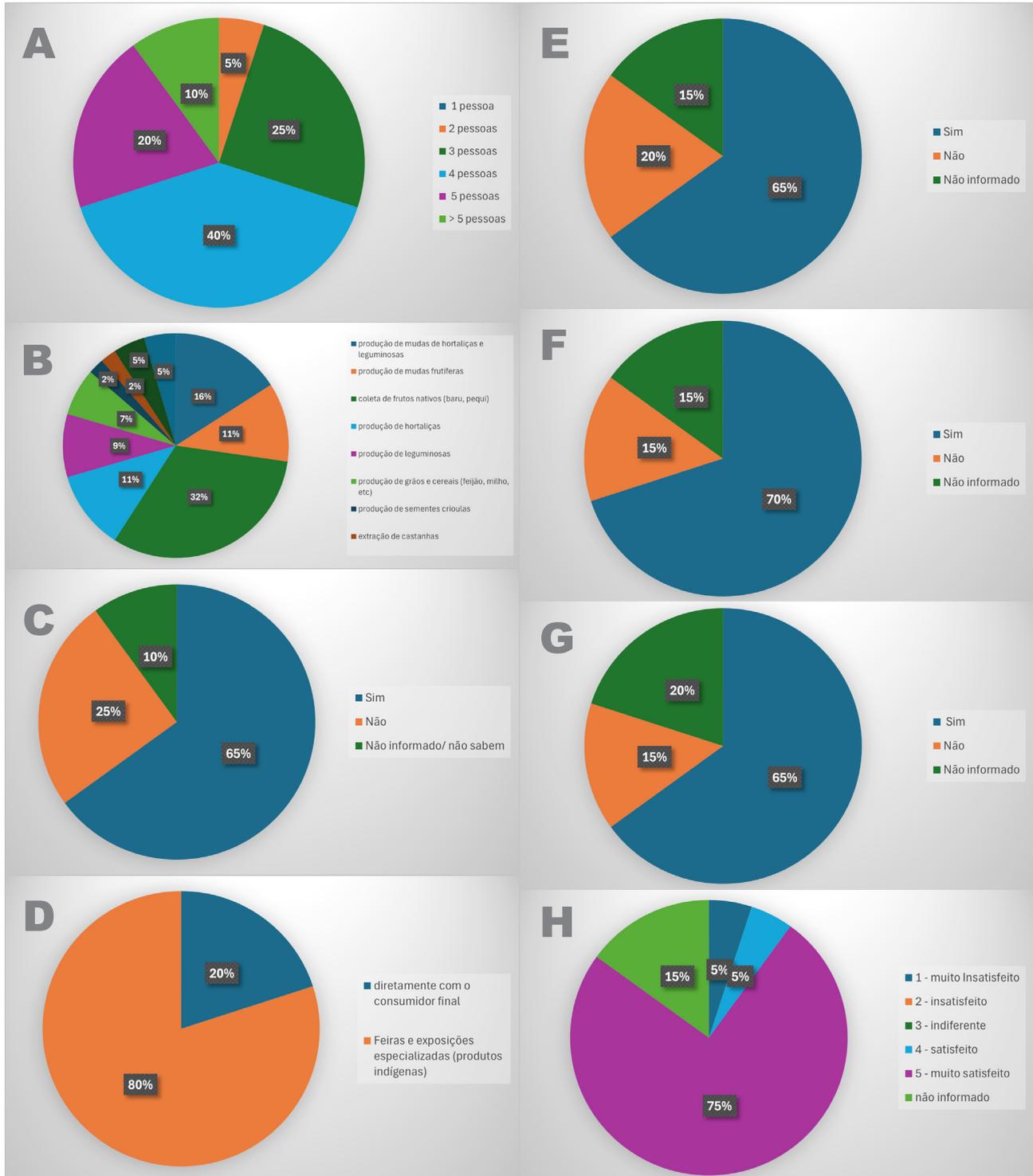
² Valores não atribuídos à opção: divorciado (0%)

³ Valores não atribuídos às opções: Não alfabetizado (0%); Alfabetizado (0%); Ensino médio incompleto (0%)

⁴ Valores não atribuídos à opção: 1 pessoa (0%)

⁵ Valores não atribuídos às opções: 5– 7 salários-mínimos (0%); 8– 10 salários-mínimos (0%); > 10 salários-mínimos (0%)

Figura 2: Síntese dos resultados - (A) Pessoas residentes no domicílio que trabalham na AHY⁶, (B) Forma de colaboração e tipos de produção, (C) Uso de insumos de produção oriundos da terra indígena, (D) Formas de comercialização dos produtos gerados, (E) Participação em cursos, minicursos, workshop promovidos pela AHY ou instituição parceira, (F) Participação em reuniões promovidas pela AHY, (G) Participação conjunta com membros da AHY fora da associação, (H) Avaliação da atuação da AHY na comunidade⁷.



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

⁶ Valores não atribuídos à opção: 1 pessoa (0%)

⁷ Valores não atribuídos às opções: escala 2 (0%), escala 3 (0%)

Devido à necessidade de continuidade dos trabalhos desenvolvidos na organização, houve o levantamento de demanda entre os membros da organização em relação às áreas de interesse para o desenvolvimento de ações de capacitação. Os membros pautaram sua escolha nas áreas de gestão de empreendimento, manipulação de alimentos, práticas de coletas dos frutos nativos, produção da cultura da mandioca, arroz, banana, cana de açúcar e a necessidade de atividades agroflorestais. Em seguida, foi realizada a busca por parceiros para a realização das oficinas e minicursos.

O Quadro 1 apresenta uma síntese das ações extensionistas realizadas na aldeia.

Quadro 1. Ações extensionistas realizadas na AHY

Modalidade	Título	Mês/Ano	Número de participantes
Oficina	Plantio da Banana	03/2022	30
Oficina	Introdução à Bioconstrução com terra como matéria principal	04/2022	30
Oficina	Uso de plantas medicinais e aplicação no bioma Cerrado	07/2022	08
Dia de curso	O potencial da produção de alimentos do Cerrado e Pantanal – Projeto Cecane	10/2022	15
Oficina	Curso Manipuladores de Alimentos e Boas Práticas de Fabricação com Frutos Nativos do Cerrado e Pantanal	10/2022	30
Oficina	Produção de farinhas de frutos nativos, pães enriquecidos, doces, geleias e biscoitos de frutos nativos	11/2022	15

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Visando discutir os resultados alcançados, casos similares foram pesquisados na literatura, sendo possível observar resultados correspondentes às ações realizadas na AHY e de grande impacto nas comunidades atendidas.

Araújo e Sousa (2018) apresentam a experiência extensionista em sistemas agroflorestais em comunidades indígenas, nos municípios de Nova Olinda do Norte e Borba, interior do Estado do Amazonas. Segundo os autores, por meio da reativação do viveiro existente, em uma das aldeias foram implementadas mudas florestais essenciais para a promoção do extrativismo local. Além disso, a realização de oficinas visando à socialização de experiências e saberes locais foram fundamentais para a execução do projeto extensionista.

Em Mato Grosso do Sul, Rodriguez (2012) apresenta um estudo de caso realizado no projeto “Produção Sustentável de Mandioca pelos Terena da Aldeia Argola”, terra indígena Cachoeirinha, em Miranda/MS. O autor ressalta a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural apropriada às comunidades indígenas, de acordo com os princípios do etnodesenvolvimento, de modo a garantir o devido respeito às suas particularidades culturais e à promoção da autonomia da comunidade. Resgatam-se práticas e costumes culturais adaptadas às condições presentes, promovendo a socialização dos saberes tradicionais e científicos, bem como desbravando novas tecnologias físicas e sociais, que, por sua vez, promovem impacto positivo nas cadeias produtivas dos empreendimentos locais, fomentando e fortalecendo os laços produtivos dos povos e comunidades tradicionais.

Ambos os projetos apresentam resultados que vão ao encontro dos resultados das ações extensionistas realizadas na AHY. Em especial, nas ações extensionistas propostas para o plantio da banana e o uso de plantas medicinais no bioma Cerrado, onde foram apresentadas as particularidades e os atributos tecnológicos apropriados para a implementação neste bioma, bem como o correto manejo e os possíveis riscos climáticos e/ou fitossanitários. Cabe destacar, nestas ações, a importância da inserção e do debate quanto aos princípios do etnodesenvolvimento e da etnobotânica, visando a promoção à segurança alimentar e nutricional para a comunidade.

No projeto desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, Nunes et al. (2018) apresentam os resultados de ações extensionistas promovidas às mulheres indígenas da comunidade do Guariba, Estado de Roraima, capacitando-as no beneficiamento e comercialização de pescado produzido pela comunidade. De acordo com os autores, a capacitação resultou em estímulo a ações empreendedoras a alguns membros da comunidade indígena, além de contribuir com a formação dos discentes do IFRR participantes dessa ação extensionista.

Nessa perspectiva, as ações extensionistas promovidas na AHY vieram ao encontro dos resultados aqui apresentados, uma vez que as ações propostas na comunidade trouxeram uma visão voltada a produzir com sustentabilidade, a promoção as ações empreendedoras e a geração de renda, além de promover a formação humanizadora à equipe executora.

A partir do projeto de extensão intitulado “Via Açaí: educação e geração de renda em comunidades ribeirinhas da terra indígena Alto Rio Guamá”, realizado pela UFRA - Campus de Capitão Poço, Estado do Pará, Lima Júnior, Trindade e Santa-Brígida (2015) relatam o desenvolvimento de ações extensionistas na Comunidade Indígena da Aldeia IARAPEIW’AZU, situada no município de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará, visando promover capacitação para melhor aproveitamento e uso dos recursos naturais presentes na área, especialmente para o cultivo do açaí, principal fonte alimentar e de renda da comunidade indígena.

Segundo os autores, dentre as ações do projeto, foi realizado o curso de capacitação sobre manejo de açaiçais, em parceria com o SENAR, objetivando a melhoria na produção e na qualidade do trabalho desenvolvido na comunidade. Ainda segundo os autores, o projeto vem promover o desenvolvimento da comunidade, não só em nível econômico, mas também no âmbito social, ambiental e cultural. Nesse sentido, os resultados apresentados corroboram as ações extensionistas voltadas à produção e manipulação de alimentos, tendo como base os frutos nativos dos biomas Cerrado e Pantanal, conforme apresentado no Quadro 3.

Cabe ressaltar que as ações extensionistas promovidas pelo projeto na AHY apresentam resultados que proporcionam um alinhamento em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade, seja por meio da geração de renda, ou do resgate dos saberes tradicionais, conforme destacado na literatura.

Considerações Finais

As comunidades indígenas buscaram, ao longo dos anos, se adaptar a novos contextos, criando organizações associativas que favorecessem suas ações de “etnodesenvolvimento”, na perspectiva de sanar dificuldades internas, com a finalidade de buscar suporte material e financeiro para suas atividades construtivas e produtivas.

O conhecimento do povo Terena sobre o Cerrado foi fundamental para a ocupação e desenvol-

vimento territorial onde este bioma predomina. Considerado inicialmente como um solo de baixa fertilidade, não exerceu atração imediata por parte dos colonizadores, sendo destinado às “sesmarias”, transformando-se mais tarde em grandes latifúndios, hoje representado pelo sistema de produção de commodities agrícolas altamente tecnológico.

Visando contestar o sistema de produção estabelecido, os indígenas Terena da Aldeia Brejão organizaram-se no formato de associação, trazendo o “etno” como forma de desenvolvimento. Tendo como ponto forte a agricultura, o extrativismo e o cuidado com a terra, os indígenas da Aldeia Brejão buscam materializar suas atividades por meio da associação (AHY), sendo esta o lócus das ações de etnodesenvolvimento, trazendo um olhar construtivo e autossustentável para o povo Terena.

Com a realização do projeto de extensão, foi perceptível o alinhamento da comunidade com o conhecimento acadêmico, buscando a socialização dos saberes entre os participantes. As práticas extensionistas vieram ao encontro com a necessidade da qualificação e aprendizado dos envolvidos no empreendimento que a Associação Hanaiti Yomomo executa, onde o foco principal é o agroextrativismo. A qualificação do grupo de indígenas proporcionou um novo olhar para produção sustentável, promovendo um caminho para a segurança alimentar e a geração de renda.

Outro fator importante é o papel que a associação proporciona à comunidade, promovendo um espaço de articulação e mobilização dos coletivos indígenas que têm o olhar empreendedor para o agroextrativismo, preparando-os, por meio de parcerias de fomento, utilizando caminhos como este, a extensão universitária. Cabe destacar a interação dos associados junto às atividades propostas pela AHY: alto percentual de entrevistados com participação ativa nas atividades propostas, a existência de laços de confiança entre os associados, alto percentual de aprovação pelos associados do trabalho realizado pela associação, conforme destacado nos resultados.

Apesar de ser possível observar práticas de etnodesenvolvimento na aldeia e em outras experiências de povos originários, a temática ainda é pouca explorada na literatura. Neste contexto, cabe destacar a necessidade da promoção de um amplo caminho de debates e de socialização de experiências entre comunidades e povos tradicionais, que, por sua vez, proporcionam um horizonte na luta em defesa de seus territórios, com viés econômico sustentável in loco, e visando promover conquistas nas políticas públicas nesta temática.

É necessário, ainda, compartilhar experiências e conhecimentos empíricos e científicos, avançados pelas políticas públicas, a fim de proporcionar experiências concretas para que se chegue a um suporte de estrutura física, técnica e financeira. Assim, que garantam o etnodesenvolvimento das aldeias com um olhar construtivo e autossustentável, ao mesmo tempo posicionando o índio como protagonista de suas ações.

A presente pesquisa visa contribuir para discussões teóricas e empíricas que envolvam o objeto de estudo. Entretanto, apresenta suas limitações, sobretudo quanto ao tempo de execução das práticas extensionistas, sendo recomendado o uso conjunto de formas de execução (remota e presencial), bem como a participação das comunidades indígenas do entorno da comunidade assistida.

Desse modo, como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se maior período para a execução das práticas extensionistas, envolvendo a multidisciplinaridade das áreas, desde a educação e cuidado com a saúde indígena, qualidade de vida, resgate da cultura e saberes ancestrais, gestão das organizações, meio ambiente, entre outras. Fica evidente a necessidade da parceria entre o “mundo científico” e o olhar empírico, pois esse conjunto de saberes se completam e, logo, a única forma da academia chegar às bases é utilizando o pesquisador e a extensão para o laboratório “campo”, olhando os desa-

fios e criando mecanismos sustentáveis de tecnologias de fácil manejo e acesso aos locais da pesquisa.

Referências

AMADO, L. H. E. **Vukápanavo** – O despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

ARAÚJO, B. A.; SOUSA, V. A. Ações de extensionistas na implantação de sistemas agroflorestais em comunidades indígenas. In: SANTOS, A. F.; BARBOSA, G. J. (org.) **Extensão Rural, experiências, pesquisas e sindicalismo**. v. 1. João Pessoa, PB: Mídia Gráfica e Editora, 2018.

ARRUDA, R. Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais. **Estudios latinoamericanos**. v. 21. Sociedade Polaca de Estudios Latinoamericanos: PTSL, 2001.

AZANHA, G. As terras indígenas Terena do Mato Grosso do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília: FUNAI, v.2, n.1, 2005.

BALTAZAR, P. **O Processo Decisório dos Terena**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

BUCHILLET, D. **Bibliografia crítica da saúde indígena no Brasil (1844-2006)**. França: Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2007.

CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND, INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (CEPFCERRADO/IEEB). **Capacitação em produção de mudas do Cerrado reúne povos e comunidades tradicionais no Mato Grosso do Sul**. CEPFCERRADO/IEEB. 2018.

Disponível em: <https://cepfcerrado.ieeb.org.br/capacitacao-em-producao-de-mudas-do-cerrado-reune-povos-e-comunidades-tradicionais-no-mato-grosso-do-sul/> . Acesso em: 15 nov. 2023.

DAYRELL, C. A. Agricultura Geraizeira, Identidade e Educação/Geraizeira agriculture, identity and education. **Trabalho & Educação**, v. 21, n. 3, p. 99-120, 2012.

DINIZ, M. Líderes mundiais se reúnem na ONU para formalizar metas de desenvolvimento. **Agência Brasil**. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-09/lideres-mundiais-se-reunem-na-onu-para-formalizar-metas-de-Desenvolvimento>. Acesso em: 13 nov. 2023.

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DE MS – DSEI-MS. **Ação de emergência em saúde pública de importância nacional de combate à pandemia da Covid-19: Operação MS**. DSEI/DIASI, 2020. Disponível em: https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/2644/1/CP5_09320.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

FERREIRA, B.; RAPOSO, R. Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento. Um roteiro crítico. **Cadernos de estudos africanos**, n. 34, p. 113-144, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Biomas do Brasil** – primeira aproximação. Rio de Janeiro, 2004 (adaptado). Disponível em: https://geofitp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_5000mil.pdf . Acesso em: 14 nov. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia de trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projetos e relatórios, publicação. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA JÚNIOR, N. J. C.; TRINDADE, D. F. S.; SANTA-BRÍGIDA, M. R. S. Manejo de açáizais como elemento de mudança comportamental em busca da soberania alimentar de uma comunidade indígena na Amazônia. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA – SOCLA, 5., 2015. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/55025> Acesso em: 13 nov. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. **Plano Estadual de Saúde Mato Grosso do Sul 2018 – 2020**. Campo Grande: SES, 2020.

MEIRA, F. O.; NUNES, F. G. Território e relações de trabalho: representações de alunos Terena da terra indígena de Nioaque/MS. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, 2020.

MIRANDA, C. C. Terra Indígena Nioaque: processo de formação sociopolítica, divisão da aldeia Água Branca e os momentos históricos vividos por este povo ao longo dos anos. **Interações**, Campo Grande, v. 8, n. 2, p.243-249, 2007.

NUNES, G. L.; BARROS, R. P.; FORTES, A. C.; RODRIGUES, C. I. B.; SANTIAGO, G. S. Beneficiamento e comercialização de pescado: capacitação para as mulheres da comunidade indígena do Guariba. **Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR**, v. 5, n. 1, 2018. E-ISSN 2447-1208.

OLIVEIRA, R. C. **Do índio ao bugre**: o processo de assimilação dos Terêna. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

RESENDE, R.; TOMIOKA, M.; AZANHA, G. Programa para o monitoramento ambiental e fomento de atividades não predatório em terras indígenas do Brasil. **Documento-base para discussão no seminário de 22 a 25 de março de 1999**. Áreas Terena de Miranda-Terra Indígena Cachoeirinha. Miranda, MS: CTI-Centro de Trabalho Indigenista, 1999.

RIZZINI, C. T. **Tratado de fitogeografia do Brasil**. v.2. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979.

RODRIGUEZ, R. D. Assistência técnica e extensão rural (ATER) apropriada aos povos indígenas: o caso do projeto Produção sustentável de mandioca pelos Terena da Aldeia Argola. **Relatório Final de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Gestão do Agronegócio**. Universidade de Brasília. Planaltina, DF, 2012.

SILVA, V. P.; FILGUEIRA, P. V. S. Diagnóstico rural participativo para avaliar a sustentabilidade da comunidade indígena Catu, Rio Grande do Norte. **Research, Society and Development**, v.9, n.7, 2020.

SOUZA, F. C. *et al.* Etnodesenvolvimento e bem viver: concepções e implicações para políticas públicas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021.

URQUIZA, A. H. A.; VIEIRA, C. M. N.; SOUZA, I.; VARGAS, V. L. **Conhecendo os povos indígenas no Brasil contemporâneo**. Módulo 2. Campo Grande, MS: UFMS, 2010.

VARGAS, V. L. F. **A dimensão sociopolítica do território para os Terena**: as aldeias nos séculos XX e XXI. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.